

Adjetivos nas gramáticas do português

Roberto Santos de Carvalho *
Gessilene Silveira Kanthack **

RESUMO

Este artigo visa a apontar que mesmo depois de cinco décadas do advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), ainda seja possível perceber, nas gramáticas do português, uma variedade de códigos terminológicos para se referir ao mesmo tipo de adjetivo. Visamos, com isso, levantar alguns questionamentos acerca dos motivos pelos quais ainda persiste um conflito de termos em torno da classe dos adjetivos, além de sinalizar a possibilidade de simplificação e padronização dos conceitos e da nomenclatura conflitante.

Palavras-chave: adjetivo; ensino; gramática; Nomenclatura Gramatical Brasileira.

RESUMEN

En este artículo se pretende señalar que incluso después de cinco décadas de la llegada de la Nomenclatura Gramatical Brasileña (NGB), aún sea posible percibir, en las gramáticas del portugués, una variedad de códigos de la terminología para referirse al mismo adjetivo. Nuestro objetivo es, por tanto, plantear algunas preguntas sobre las razones por las que sigue siendo un conflicto de términos en torno a la clase de los adjetivos, y señalar la posibilidad de la simplificación y estandarización de los conceptos y los conflictos de nombres.

Palabras-clave: adjetivo; enseñanza; gramática; Nomenclatura Gramatical Brasileña.

Introdução

Antes do advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o ensino de português, no Brasil, era marcado por um total conflito no emprego de termos. O espaço que cabia aos adjetivos, nesse cenário, refletia o excesso de nomenclatura existente para tratar, também, dessa classe gramatical. Chediak (1960) *apud* Henriques (2009) comentou que em 1956, por ocasião dos exames de admissão da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil (futura Faculdade de Odontologia da Universidade do Rio de Janeiro), a banca de língua portuguesa deparou-se com 13 classificações distintas para o adjetivo “bom” na sentença “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”, quais sejam: *Adjunto atributivo; Adjunto restritivo; Adjunto limitativo; Adjunto adjetivo; Adjunto determinativo; Adjunto demonstrativo; Adjunto*

*Mestrando em Letras, Linguagens e Representações (Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

**Doutora em Linguística. Professora adjunta DLA/UESC. Professora do Mestrado em Letras, Linguagens e Representações (UESC). Artigo escrito em setembro de 2010.

determinativo demonstrativo; Complemento atributivo; Complemento restritivo; Complemento limitativo; Complemento adjetivo; Complemento qualificativo; Complemento do nome, não preposicionado.

Por não haver uma nomenclatura única para tratar do mesmo elemento gramatical, cada professor de português adotava uma terminologia que lhe era mais familiar, o que tornava a classificação do adjetivo, em particular, tarefa quase hercúlea, devido à excessiva nomenclatura existente. Tal situação gerava polêmicas e discussões, prejudicando direta e exclusivamente os estudantes que tinham que operacionalizar com uma vasta variedade de códigos terminológicos que lhes eram cobrados nos exames.

Com vistas a resolver os problemas advindos da falta de padronização na nomenclatura em uso nos estabelecimentos de ensino do país, o Ministro da Educação, na época, Clóvis Salgado da Gama, expediu a portaria nº. 152, de 24/04/1957, nomeando comissão para elaborar o projeto de simplificação e padronização da nomenclatura gramatical no Brasil.

Cinco décadas depois da NGB, é possível notar, ainda, a presença de uma nomenclatura conflitante para se referir às subclasses de adjetivos nas gramáticas do português. A variedade de códigos terminológicos não se compara à existente antes do advento da NGB ela surge, especificamente, ao se referir aos diferentes tipos de adjetivos. Este artigo visa a sinalizar tal variedade terminológica por meio da análise de quatro gramáticas, a saber: André (1997), Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009). Discutiremos as propriedades dos adjetivos que cada autor desenvolve, suas convergências e divergências, a nomenclatura que utilizam e as implicações para o ensino. Visamos, com isso, levantar alguns questionamentos acerca dos motivos pelos quais ainda persiste um conflito de termos em torno da classe dos adjetivos, além de sinalizar a possibilidade de simplificação e padronização dos conceitos e da nomenclatura conflitante.

1. Adjetivos nas Gramáticas Atuais

É possível encontrar, nas gramáticas atuais, diversas classificações para os adjetivos. A tabela abaixo sintetiza a variedade de termos encontrados para se referir às diferentes propriedades apresentadas por eles. Discutiremos cada uma delas com vistas

a demonstrar que é possível a simplificação de alguns conceitos e, conseqüentemente, da nomenclatura variada para se referir aos adjetivos.

Tabela 01- Classificação dos adjetivos em quatro gramáticas do português do Brasil

André (1997)	Cunha e Cintra (2003)
* Adjetivo Explicativo * Adjetivo Restritivo * Adjetivo Pátrio	* Adjetivo de Caracterização ² * Adjetivo de Relação
Azeredo (2008)	Bechara (2009)
* Adjetivos de Relação ou Classificadores * Adjetivos Qualificadores	* Adjetivos Explicadores * Adjetivos Especializadores * Adjetivos Especificadores

1.1 Tipos de Adjetivos: a descrição de André (1997)

A “gramática ilustrada” de André (1997) caracteriza o adjetivo nestes termos: “Adjetivo é uma palavra que expressa qualidade, propriedade ou estado do ser”. (p. 134). A diferença entre adjetivo explicativo e restritivo, discutida por este autor, configura-se como um resgate da distinção feita pelos gramáticos medievais. O adjetivo, na descrição medieval (cf. BORBA, 1991; BECHARA, 2001), subdividia-se em: **qualificativos** (restritivo e explicativo) e **determinativos**.

Quando a qualidade expressa pelo adjetivo era **acidental**, dizia-se que o adjetivo era qualificativo restritivo; quando a qualidade era **inerente** ao substantivo, dizia-se que o adjetivo era explicativo. Os exemplos em 1 esclarecem melhor essa relação:

- (1) a. homem **racional**.
b. homem **razoável**.

O adjetivo **racional** sinaliza uma qualidade inerente ao ser humano. Ser racional é, dentre outras qualidades, parte das características essenciais que distingue o ser humano das demais espécies animais, daí a razão de classificá-lo como explicativo. Por outro lado, **razoável** não se configura como um traço pertencente a todos os homens;

² Cunha e Cintra não utilizam qualquer nomenclatura para se referir a tais adjetivos. O termo “caracterização” foi empregado por nós a partir do conceito oferecido pelos autores.

ser razoável, nesse caso, é uma característica acidental, pois alguns homens são razoáveis, outros não.

As noções apresentadas acima, advindas da tradição medieval, são absorvidas por André com modificações quase imperceptíveis. O que o autor realizou foi um apagamento do nome “qualificativo” e a adoção da subdivisão dessa classe (restritivo e explicativo) como duas classes autônomas, preservando a ideia de qualidade acidental e inerente (essencial). Desse modo, ele define os adjetivos explicativos como palavras que “dizem qualidade essencial do ser” (p. 134) e exemplifica:

- (2) a. gelo **frio**
b. pedra **dura**
c. leite **branco**.

A noção é a mesma da tradição, ou seja, “frio”, por exemplo, é uma qualidade inerente do “gelo”, é característica desse objeto ter essa propriedade em sua essência. O mesmo ocorre com a propriedade da “pedra” (ser dura) e do “leite” (ser branco).

Aos adjetivos restritivos, o autor atribui a especificidade de expressarem “qualidade, propriedade ou estado acidental do ser” (p.134), apresentando como exemplos:

- (3) a. **bela** casa.
b. pedra **preciosa**.
c. leite **caro**.

Tomando como referência, apenas o exemplo em (a), nota-se que “bela” não é uma propriedade inerente da “casa”, mas uma condição (um estado acidental), um “estar bela”, pois nem toda casa é bela, tão pouco permanece bela eternamente. A propriedade de beleza não é um traço fundamental que identifique o elemento “casa” no mundo.

O que se interpreta da posição de André é que ele deseja demonstrar que os adjetivos explicitam duas propriedades fundamentais dos seres. Em outras palavras, existem seres e estes possuem características. As características são de duas ordens: **essencial ou acidental**.

É estranho, no entanto, o fato de que diante de noções aparentemente satisfatórias de classificação dos adjetivos, André aponte os adjetivos ditos “pátrios” como uma terceira subclasse. O que André parece ignorar é que os adjetivos pátrios não se configuram como uma terceira propriedade, mas parecem fazer parte da subclasse dos restritivos. Analisemos os exemplos em 4 para entender o que estamos afirmando:

- (4) a. homem **racional**
b. homem **razoável**.
c. homem **português**.

Se os adjetivos pátrios têm a função de expressar nacionalidade ou lugar de origem do ser, conforme o pressuposto, essa função é, também, uma característica accidental. Nesse sentido, é possível observar que a natureza do adjetivo **razoável** é a mesma do adjetivo **português**; ambas, no entanto, são diferentes da propriedade do adjetivo **racional**. **Razoável** e **português** não são qualidades que particularizam os seres humanos em sua essência, ou seja, ser razoável ou justo, português ou africano não faz parte da essência do ser humano, mas ser **racional** sim.

Em outras palavras, o ser humano pode ser considerado um ser dotado da faculdade da racionalidade, mas jamais poderemos afirmar que ser razoável, justo, português ou africano seja, também, uma faculdade essencial dos humanos. Por tais razões, talvez seja possível defender que os adjetivos pátrios possam, na verdade, fazer parte da subclasse dos restritivos.

André, como vimos, resgata conceitos da tradição ocidental acerca das propriedades accidentais e inerentes dos seres, sem inovar na descrição. As duas noções tratadas por ele também aparecem em Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009). Esses autores darão um tratamento diferenciado a essas propriedades, conforme discutiremos a seguir.

1.2 Tipos de Adjetivos: a descrição de Cunha e Cintra (2003)

A descrição de Cunha e Cintra (2003) inova ao aprofundar e melhor explicitar noções que são tratadas muito superficialmente por André (1997). Para os autores, o adjetivo é um modificador essencial do substantivo, servindo para:

1º) caracterizar os seres, os objetos, ou as noções nomeadas pelo substantivo, indicando-lhes:

a) uma qualidade (ou defeito):

inteligência **lúcida** homem **perverso**

b) o modo de ser:

pessoa **simples** rapaz **delicado**

c) o aspecto ou aparência:

céu **azul**

vidro **fosco**

d) o estado:

casa **arruinada**

laranjeira **florida**

2º) estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc (ADJETIVO DE RELAÇÃO):

nota **mensal** (= nota relativa ao mês)

movimento **estudantil** (= movimento feito por estudantes)

casa **paterna** (= casa onde habitam os pais)

vinho **português** (= vinho proveniente de Portugal)

(CUNHA E CINTRA, 2003, p. 245)

Por meio de tais exemplos, eles apontam duas funções a serem exercidas pelos adjetivos em relação ao substantivo, quais sejam: 1ª) caracterizar; 2ª) relacionar. Para a primeira função, não utilizam qualquer nomenclatura; já para a segunda, chamam **Adjetivos de Relação**.

Se analisarmos um pouco mais a primeira função, veremos que a subdivisão de a-d é passível de redução. Vejamos os exemplos abaixo:

- (5) a. inteligência **lúcida** / homem **perverso**
b. pessoa **simples** / rapaz **delicado**
c. céu **azul** / vidro **fosco**
d. casa **arruinada** / laranjeira **florida**

Os autores afirmam que os adjetivos funcionam para caracterizar substantivos, indicando:

- a) uma qualidade (ou defeito);
b) o modo de ser;
c) o aspecto ou aparência;
d) o estado.

Ao se analisar os exemplos em 5a-b é possível perceber que “o modo de ser” da pessoa e do rapaz são, na verdade, também uma qualidade (ou defeito) deles, ou seja, ser **lúcido**, **perverso**, **simples**, **delicado** representa, ao mesmo tempo, uma qualidade e o modo de ser de alguém; tais noções fazem parte da natureza dos sujeitos, como traços da personalidade, particularizando-os dentre os demais. Desse modo, percebe-se que a subdivisão em a-b pode ser fundida e reduzida a apenas uma, já que as noções parecem se mesclar.

O mesmo acontece em 5c-d; nota-se que em “casa arruinada”, o adjetivo **arruinada** sinaliza o estado em que a casa se encontra, e que arruinada também funciona para demonstrar o aspecto, a aparência do imóvel; **florida** demonstra tanto o estado da laranjeira como um dos aspectos em que a árvore se encontra. O adjetivo “azul” demonstra o aspecto do céu, assim como “fosco” sinaliza o aspecto (a aparência) do vidro.

O mais incrível de tudo isso é perceber que, implicitamente, a função de **caracterizar** de Cunha e Cintra também pode abarcar as noções, trazidas por André (1997), de traços **essenciais** e **acidentais** dos seres. O que queremos afirmar é que as classes de adjetivos (explicativo e restritivo) estão contidas na ideia de **caracterizar** de Cunha e Cintra, ou seja, é possível passarmos de duas classes (Explicativos e Restritivos) a uma só noção, qual seja: **característica** – e, conseqüentemente, a uma só classe de adjetivos.

Se a afirmação acima é verdadeira, então poderemos cruzar os conceitos de adjetivo restritivo e explicativo de André com os exemplos de Cunha e Cintra e verificar que as noções estão estritamente relacionadas.

Afirmamos que *qualidade e modo de ser*, conceitos de Cunha e Cintra (2003) são, na verdade, uma só noção. Se isso é verdadeiro, então, poderemos defender que os adjetivos em destaque em 6 exercem a função de especificarem qualidade, propriedade ou estado accidental do ser (cf. ANDRÉ, 1997):

- (6) a. Pessoa **simples**
- b. Homem **perverso**
- c. Rapaz **delicado**
- d. Casa **arruinada**
- e. Laranjeira **florida**

“Caracterizar” parece ser nada mais do que explicitar as noções essenciais ou accidentais dos seres. Nos exemplos acima, os adjetivos, em destaque, denotam características que particularizam “a pessoa”, “o homem”, “o rapaz”, “a casa” e “a laranjeira” dentre os demais seres que fazem parte desses respectivos grupos. Tais adjetivos demonstram a qualidade accidental dos seres, mas o que dizer da qualidade essencial?

Se acrescentarmos o exemplo “homem racional” na relação acima, veremos que “racional” apresentará a mesma propriedade de exprimir qualidade, com um traço de diferença; nesse caso, a qualidade “racional” será um aspecto essencial do ser humano. Equacionando as noções de André, Cunha e Cinta, é possível propor um só conceito para os casos acima, qual seja: os adjetivos destacados em 6 exprimem qualidade ou o modo de ser, especificando propriedades ou estados acidentais e ou essenciais dos seres. A essa fusão de conceitos poderíamos chamar de adjetivos X³.

Relacionando as noções de adjetivos **restritivos e explicativos** de André (2007) e a noção de **caracterizar** de Cunha e Cintra (2003), acreditamos ser possível fazer a seguinte leitura, dentre outras igualmente possíveis.

Os seres possuem características. Os adjetivos servem para caracterizar os seres como pertencentes a um determinado grupo (sendo X características essenciais) ou particularizar, individualizando-os dentro do mesmo grupo: x, x', x''... (sendo x, x', x''... características acidentais).

Os seres possuem características que os agrupam em uma categoria particular, a qual chamaremos de Y⁴.

A = classe dos seres humanos – característica essencial (X) = ser racional.

B = classe das rochas – característica essencial (X) = agregado sólido.

Os seres possuem, ainda, características que os particularizam dentre os demais seres da mesma espécie, características x, x', x'':

x= homem simples; x'= homem bondoso; x'' = homem perverso e etc. ou

x= rocha magnética; x'= rocha sedimentar; x''= rocha metamórfica e etc.⁵

Quanto aos adjetivos de **relação**, a noção apresentada por Cunha e Cintra de que eles “estabelecem com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade e de procedência” (p. 245) torna-se necessária, configurando-se como mais uma propriedade que parece ir além da noção de característica essencial e acidental. Vejamos os exemplos apresentados pelos autores:

³ A variável X é apenas uma forma de demonstrar que se pode adotar uma ou outra nomenclatura para se referir a tal definição.

⁴ Para representar os conjuntos (seres humanos, rochas etc.) podemos usar qualquer outra variável no lugar de Y. EX. conjunto dos seres humanos (A), conjunto das rochas (B).

⁵ Nitidamente, as palavras magnética, sedimentar e metamórfica modificam a compreensão do substantivo rocha; defendemos, portanto, que tais palavras funcionam como legítimos adjetivos.

- (7) a. Nota **mensal** (relação de tempo)
b. Movimento **estudantil** (relação de finalidade)
c. Casa **paterna** (relação de espaço)
d. Vinho **português** (relação de procedência)

A propriedade dos substantivos explicitada por tais adjetivos são de outra ordem, extrapolam as fronteiras que circundam as noções de características inerentes e acidentais. Observemos os exemplos em 8 a fim de verificar melhor o que afirmamos:

- (8) a. casa **arruinada**
b. casa **bonita**
c. casa **paterna**

Em 8 a-b nota-se que os adjetivos modificam a compreensão do substantivo “casa” acidentalmente, ou seja, o que se deseja é ressaltar as características físicas, as propriedades, o estado do imóvel.

A relação exercida por **paterna**, em 8c, é de outra natureza. “Paterna” não atribui à casa uma característica física, o estado do imóvel. A relação parece ser de espaço, uma vez que “casa paterna” sinaliza o lugar, o espaço, onde habitam os pais.

Os adjetivos dos exemplos em 7, conforme defendem Cunha e Cintra, exercem uma função de relacionar noções de tempo, finalidade e procedência e não explicitar características do tipo dos adjetivos em 8 a-b.

Cunha e Cintra (2003), ainda se referindo aos adjetivos de relação, fazem a seguinte observação acerca dessa subclasse:

Os adjetivos de relação, derivados de substantivos, são de natureza classificatória, ou seja, precisam o conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado. Não admitem graus de intensidade e vêm normalmente pospostos ao substantivo. A sua anteposição, no caso, provoca uma valorização de sentido muito sensível. (p. 246)

Para os autores, os adjetivos de relação não admitem gradação, o que de fato ocorre. Os exemplos em 9 estão no grau comparativo e os em 10 no grau superlativo e confirmam a impossibilidade da flexão em grau:

- (9) a. *A nota **é mais** mensal do que...
b. *A nota **é tão** mensal quanto...
c. *A nota **é menos** mensal do que...

- (10) a. *A nota é **mensalíssima**. / *A nota é **muito** mensal.
b. *O movimento é **estudantíssimo**. / *O movimento é **muito** estudantil.
c. *A casa é **paternalíssima**. / *A casa é **muito** paternal.
d. *O vinho é **portuguesíssimo**. / *O vinho é **muito** português.

No entanto, ao afirmarem que os adjetivos de relação “precisam o conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado” torna-se necessário questionar: o que significa “precisar o conceito, restringindo a extensão do significado?” O que isso quer dizer? Para responder a essas perguntas, faz-se necessário recorrer aos conceitos de intensão e extensão⁶.

Borges Neto (1979), para explicar intensão e extensão, toma como exemplo o adjetivo **azul**, afirmando: “Este adjetivo estabelece uma extensão, que é a classe de todos os objetos azuis, e tem uma intensão, que é a propriedade ser azul (p. 41)”. Embora o autor⁷ não ofereça exemplos para ilustrar melhor as relações envolvendo o adjetivo “azul”, é possível, no entanto, verificar qual é a sua extensão, ou seja, que objetos/seres pertencem a essa classe de seres da cor “azul”. Se utilizarmos o modelo “.....é azul”, poderemos hipotetizar os exemplos em 11:

- (11) a. A casa de João é **azul**.
b. O sapato de João é **azul**.
c. O céu é **azul**.
d. O carro de João é **azul**.
e. A maçã é **azul**.
f. João é **azul**.

Imaginemos que, apenas, as circunstâncias de 11a-d sejam verdadeiras. Então, é possível afirmar que os exemplos em 11a-d representam a extensão do adjetivo “azul”, pois estes seres (objetos) fazem parte desse conjunto, o conjunto dos seres de cor azul. E qual a extensão (o número de objetos/seres que pertencem a esse conjunto)? Será tantos quantos forem os elementos que possam ser agrupados no conjunto azul. O mesmo não

⁶ Intensão e extensão são conceitos clássicos muito utilizados em semântica e filosofia da linguagem para fazer a distinção entre dois tipos de valor semântico que uma expressão linguística, de uma determinada categoria, pode ter. Alguns autores trabalham com esses conceitos, dentre eles Carnap (1947), em *Meaning and Necessity* e Dahlberg (1978). Apropriar-nos-emos da distinção feita por Borges Neto (1979) e, a partir dela, desenvolveremos nossa linha de argumentação.

⁷ Borges Neto (1979) define, na página 42, extensão e intensão como: “A extensão de uma expressão é a classe que corresponde a ela, enquanto a intensão de uma expressão é a propriedade que lhe corresponde”.

ocorre em 11e-f; “maçã” e “João” não pertencem à extensão do conjunto de cor azul por razões óbvias.

Vejamos outros exemplos para melhor clarificar o que discutimos anteriormente. Pensemos na extensão do conjunto dos mamíferos representada em 12 a-e:

- (12) a. A baleia de barbatana é mamífero.
b. A baleia cachalote é mamífero.
c. O morcego é mamífero.
d. O homem é mamífero.
e. O tamanduá bandeira é mamífero
(f. O jacaré é mamífero.)
[...]

Dizemos, pois, que **baleia** (de barbatana e cachalote), **morcego**, **homem** e **tamanduá bandeira** fazem parte da extensão do conjunto dos mamíferos e que jacaré não pertence à extensão desse conjunto. Isso porque a intensão (o conceito, a característica) dos mamíferos é ter mama, o que não ocorre com o “jacaré”.

Se, no entanto, quiséssemos determinar a extensão do conceito “é animal e tem dentes”, alguns seres em 12 fariam parte desse conjunto por partilharem da mesma intensão (das mesmas características). Ficariam de fora a **baleia de barbatana** e o **tamanduá bandeira**, pois eles, embora sejam animais, não possuem dentes. Se quiséssemos, ainda, determinar a extensão dos mamíferos sem dentes, apenas a **baleia** de barbatanas e o tamanduá bandeira fariam parte desse conjunto, ficando de fora os demais mamíferos.

Queremos demonstrar, com isso, que é possível agrupar os seres (objetos, pessoas) em um mesmo conjunto, bastando, para isso, usar de diferentes conceitos; e mais: cada intensão (característica ou conceito) determina uma, e apenas, uma extensão.

Desse modo, podemos definir extensão como o conjunto de coisas designado por um predicado e intensão como o conceito, a característica ou propriedade (o significado) expresso por um predicado.

Agora temos condições de tentar compreender a afirmação de Cunha e Cintra de que os adjetivos de relação, de natureza classificatória, “precisam o conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado” (p. 246). Se o que os autores concebem por extensão for sinônimo de conjunto, então acreditamos que o que

eles querem afirmar é que os adjetivos de relação atuam sobre a extensão do significando, determinando um, e apenas um, conjunto que compartilhe a mesma intensão expressa pelo adjetivo.

Trocando em miúdos, e tomando como exemplo o adjetivo **mensal** (em: Nota **mensal**) diríamos que ele traz consigo um conceito de tempo que agrupa, num só conjunto, a extensão de todos os nomes que compartilham dessa propriedade, tal como se pode verificar em 13:

- (13) a. Nota mensal
b. Relatório mensal
c. Vistoria mensal
d. Revisão mensal
e. Pagamento mensal

Nos exemplos acima, os nomes **nota**, **relatório**, **vistoria**, **revisão**, **pagamento** parecem fazer parte da extensão do adjetivo mensal; neste caso, mensal “precisa” um conceito de tempo compartilhado pelos elementos que fazem parte desse conjunto. Se acrescentarmos a palavra “homem” ou “sofá” (em: homem mensal; sofá mensal), notaremos que homem e sofá não fazem parte da extensão do adjetivo mensal, pois a propriedade “tempo” não se aplica a essas palavras.

É preciso reconhecer, contudo, que a observação que eles fazem, acerca dos adjetivos de relação, torna-se demasiadamente complexa, carecendo de exemplos e de maior discussão quanto aos conceitos que apresentam. A pouca clareza que emerge da observação feita acerca dos adjetivos de relação prejudica a compreensão adequada das propriedades que estão em jogo.

1.3 Tipos de Adjetivos: a descrição de Azeredo (2008)

Azeredo (2008) define os adjetivos como “os lexemas que se empregam tipicamente para significar atributos ou propriedades dos seres e coisas nomeadas pelo substantivo.” (p. 169). O autor reconhece que os adjetivos pertencem a duas subclasses, segundo a natureza da significação, a saber: **adjetivos de relação ou classificadores** e **adjetivos qualificadores**.

Os adjetivos de relação ou classificadores, segundo o autor, “expressam conteúdos de existência objetiva, que funcionam como propriedades classificatórias dos seres e coisas a que se referem.”, (p. 170), e exemplifica:

- (14) a. peixe **fluvial**
- b. energia **solar**
- c. festas **natalinas**
- d. viagem **marítima**
- e. época **imperial**
- f. passagem **bíblica**

Em 14a, a relação que se estabelece entre o adjetivo e o substantivo configura-se como uma relação de procedência, ou seja, o adjetivo **fluvial** sinaliza o lugar de onde vem o peixe, classificando-o como procedente de água doce e não de água salgada. Em 14c, a relação que se estabelece entre natalina e festa sinaliza uma relação de tempo, ou seja, festas que ocorrem na época (no tempo) do Natal.⁸ Depreende-se que Cunha e Cintra (2003) e Azeredo (2008) percorrem caminhos não muito diferentes para se chegar a um mesmo lugar: definir as propriedades dos adjetivos de relação.

As propriedades dessa classe estão suficientemente esclarecidas, embora acreditemos que as definições trazidas pelos autores não ajudem muito no processo de compreensão dos sentidos que estão em jogo em função da pouca clareza que parecem carregar. O ensino de português, de leitura e análise linguística na escola, por exemplo, se beneficiaria muito se as noções fossem mescladas e simplificadas, pois ambas são necessários, uma vez que uma completa o que falta na outra.

Quanto aos adjetivos qualificadores, Azeredo (2008) assim os explica: “Outros [adjetivos] expressam noções referencialmente variáveis ou decorrente de opinião: passagem **estreita**, alimentação **nutritiva**, dentes **fortes**, roupas **escandalosas**, bancos **confortáveis**. São os adjetivos qualificadores.” (p. 170).

Qualificar não é indicar as qualidades (inerentes ou acidentais) de alguém ou alguma coisa? E isso não é, também, caracterizar? Se tais indagações forem verdadeiras, então é possível defender que a função de caracterizar de Cunha e Cintra e o conceito de adjetivo qualificador de Azeredo, são, na verdade, um só tipo de adjetivo; com uma

⁸ Azeredo afirma que a definição de adjetivo relacional ou classificadores são, na verdade, o mesmo tipo de adjetivo relacional de Cunha e Cintra. Isso pode ser facilmente observado a partir dos exemplos que discutimos em que surgem as relações de tempo, procedência etc., conforme defenderam Cunha e Cintra.

ressalva: falta em Cunha e Cintra a explicitação de que caracterizar é, também, expressar conceitos variáveis decorrentes de opinião, noção que está explícita em Azeredo⁹.

1.4 Tipos de Adjetivos: a descrição de Bechara (2009)

Bechara (2009) define adjetivo como “a classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado.” (p. 142). Segundo ele, a delimitação pode ser de natureza tríade:

- 1) Explicação
- 2) Especialização
- 3) Especificação

Das naturezas da delimitação surgem três classes de adjetivos, propostas por esse autor como:

- 1) Adjetivos explicadores
- 2) Adjetivos especializadores
- 3) Adjetivos especificadores

Segundo ele, os **adjetivos explicadores** “destacam e acentuam uma característica inerente do nome ou denotado.” (p. 143). Para esse tipo de adjetivo, são oferecidos os exemplos em 15:

- (15) a. **o vasto** oceano.
b. **as líquidas** lágrimas.

Em 15a, “ser vasto” destaca ou acentua uma característica inerente do oceano, do mesmo modo que em 15b, em que a propriedade “ser líquida” também é uma das características inerentes da lágrima.

Os **adjetivos especializadores**, segunda subclasse de adjetivos, são definidos como aqueles que “marcam os limites extensivos ou intensivos pelos quais se considera o determinado, sem isolá-lo nem opô-lo a outros determináveis capazes de caber na

⁹ Em *roupa escandalosa*, o adjetivo ‘escandalosa’ decorre de opinião subjetiva, pois uma roupa que é escandalosa para um pode não ser para outro.

mesma denominação.” (p. 143). Correspondem a este tipo de adjetivo os exemplos em (16):

- (16) a. a vida **inteira**.
b. o sol **matutino**.
c. o homem **como sujeitos pensantes**.

Para estes casos, os conceitos de *extensão* e *intensão* são empregados para explicar as propriedades que estão em jogo.¹⁰

Os adjetivos especializadores, terceira subclasse, “restringem as possibilidades de referência de um signo, ajuntando-lhe notas que não são inerentes a seu significado.” (p. 143). São exemplos pertencentes a essa classe:

- (17) a. castelo **medieval**.
b. menino **loiro**.
c. aves **aquáticas**.

Da definição de adjetivos especializadores de Bechara (2009), ocorre-nos uma observação: se essa classe restringe as referências que não são inerentes aos seres, então, estamos falando de características acidentais? Parece que sim.

Se analisarmos 17b, por exemplo, notaremos que “ser loiro” não é uma característica inerente, que pertença a todos os meninos do planeta Terra. Ser loiro, antes, constitui-se como uma característica acidental (que restringe o conjunto dos meninos), pois existem meninos que são loiros e meninos que não o são.

Em 17a, alguns castelos são medievais, outros não; medieval é uma característica que “restringe as possibilidades de referência” do substantivo castelo, uma vez que “ser medieval” não é propriedade inerente dos castelos.

Das classificações de Bechara, é possível afirmar que ele trabalha com os conceitos de **característica inerente**, **extensão e intensão**, **característica acidental** (implicitamente). Para cada propriedade, estabelece três subclasses de adjetivos: *explicadores*, *especializadores* e *especificadores*.

2. Descrição Gramatical do Adjetivo e as Nomenclaturas Empregadas

¹⁰ Não discutiremos os limites extensivos e intensivos dos exemplos de Bechara (2009), pois tais propriedades já foram discutidas na seção 1.2; nessa seção, discutimos, inclusive, as propriedades intensivas da racionalidade do homem como sujeito pensante.

É muito curioso notar como as noções, para caracterizar as subclasses dos adjetivos, são muito parecidas entre os autores. Mais curioso, ainda, é perceber como eles se apropriam de uma nomenclatura diversa para tratar das mesmas propriedades, do mesmo tipo de adjetivo.

Vimos que André (1997) transita nas fronteiras das noções de qualidade inerente e acidental; Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009), além de transitar pelas mesmas noções tratadas por André, circundam pelas noções de extensionalidade e intensionalidade. As propriedades e nomenclaturas empregadas pelos autores podem ser vistas na tabela abaixo:

Tabela 02- Classificação dos Adjetivos

Propriedades/ Características dos Adjetivos	Nomenclatura Utilizada			
	André (1997)	Cunha e Cintra (2003)	Azeredo (2008)	Bechara (2009)
Inerente (essencial)	Explicativo	Caracterização	Qualificativo	Explicadores
Acidental	Restritivo			Especificadores
Extensão e Intensão	_____	Relação	Relação ou Classificadores	Especializadores

É possível se chegar à conclusão de que são três os tipos de propriedades que os adjetivos podem apresentar, segundo os autores estudados, são elas: **qualidade inerente, qualidade acidental, extensão/intensão**. Cunha e Cintra (2003) e Azeredo (2008), no entanto, não separam características inerentes e acidentais, antes, porém, as concebem contidas nas funções de “caracterizar” e “qualificar”. André (1997) e Bechara (2009), por outro lado, separam características inerentes e acidentais em duas subclasses. Diante disso, nota-se a nomenclatura variada que emerge dessas discussões.

Para nomear o adjetivo que possui a propriedade de atribuir uma característica (ou qualidade) inerente ou acidental dos seres, por exemplo, encontram-se várias

nomenclaturas concorrendo: **explicativo e restritivo** (André, 1997); **caracterizar** (Cunha e Cintra, 2003); **qualificativo** (Azeredo, 2008); **explicadores e especificadores** (Bechara, 2009). Diante de tais circunstâncias, cabe-nos questionamento: por que não adotar uma mesma nomenclatura para indicar conceitos tão próximos? Por que, mesmo com o advento da NGB, ainda seja possível perceber esse conflito terminológico?

É verdade que os conceitos são uma unidade de conhecimento (cf. Dahlberg, 1978) e cada autor tem a liberdade de imprimir a sua leitura sobre o mundo através de distintas *intensões*. O que se questiona não são os caminhos pelos quais se constrói os conceitos, mas o porquê de uma nomenclatura variada para tratar do mesmo tipo de adjetivo nas gramáticas do português?

Da discussão que empreendemos, nota-se que é possível a redução e simplificação das definições, do mesmo modo como é possível a adoção de uma nomenclatura padronizada. Se as gramáticas operacionalizam com as mesmas noções, então, façamos uma nova revisão conceitual e nomenclatural com vistas a adotar uma nomenclatura padrão para se referir a mesma propriedade, além de uma simplificação nos conceitos utilizados para explicar as propriedades. Isso talvez pudesse servir para que a análise linguística e as aulas de leitura e interpretação, na escola, se beneficiassem, em profundidade, do alcance das relações de sentido promovidas pelos adjetivos e substantivos, nas sentenças, nos parágrafos, nos textos.

Conhecer as possibilidades semânticas que os adjetivos oferecem, talvez servisse para tornar as aulas de leitura mais atraentes, mais significativas, tanto para os professores quanto para os alunos.

Da forma com são tratadas nas gramáticas estudadas, as propriedades dos adjetivos parecem mais ocultas do que claras; ocultas em um emaranhado de termos, em definições que parecem tão complexas e pouco funcionais. Simplificar é a palavra que se instaura na ordem do dia.

3. Considerações Finais

Neste artigo, realizamos uma revisão da classe dos adjetivos em quatro gramáticas do português, a saber: André (1997), Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008)

e Bechara (2009). Vimos que os autores trabalham com as noções de qualidades essenciais, acidentais, extensão/intensão. Embora as noções sejam muito próximas, demonstramos que, alguns dos autores, utilizam conceitos às vezes complexos para explicar as propriedades semânticas exercidas pelos adjetivos. Demonstramos, também, que cada autor adota uma nomenclatura própria para se referir aos diferentes tipos de adjetivos, o que pode gerar certa confusão àqueles que consultem as gramáticas em comento, uma vez que é inevitável a pergunta: como entender/classificar determinado adjetivo se existem nomes distintos para se referir a uma mesma propriedade? Diante disso, questionamos o porquê da existência de uma nomenclatura gramatical diversa haja vista a existência da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Esperamos que essa discussão chame a atenção para o fato da necessidade de padronização da terminologia adotada em nossas gramáticas sob pena de nos perdermos em um emaranhado terminológico que pouco nos ajuda a compreender o que realmente é necessário: as distintas propriedades exercidas pelos adjetivos nos diferentes contextos semânticos.

Referências

- ANDRÉ, H. A. de. **Gramática ilustrada**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- AZEREDO, J. C. de. **Gramática houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. **Moderna gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- _____, E. . **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BORBA, F. S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 11. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1991.
- BORGES NETO, J. **Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais**. Campinas, São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- CUNHA, C; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978a.

HENRIQUES, C. C. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.

Domínios de Lingu@gem